

MEMORANDUM

1 - SITUAÇÃO ACTUAL DA COMPANHIA INDUSTRIAL DE PORTUGAL E COLÓNIAS

1.1 - Capital próprio 461 000 contos

1.2 - Capital social: 400 000 contos, assim repartidos:

- Caixa Geral de Depósitos 46%
- Grupo Champalimaud 11%
- D. Regina Moreira 5%
- Família Gonçalves da Silva 4%
- Família Pires Diniz 2%
- Acções próprias 6%
- Público em geral 26%

1.3 - Capacidades instaladas nos vários sectores e taxas de utilização:

<u>SECTOR</u>	<u>CAPACIDADE</u>	<u>%DE UTILIZAÇÃO</u>
Massas	15 600 ton/ano em 3 turnos	100%
Bolachas	2 400 ton/ano em 1 turno	100%
Moagem	80 000 ton/ano em 3 turnos	80%
Malte	4 000 ton/ano em 3 turnos	100%
Rações	14 400 ton/ano em 1 turno	100%
Arroz	33 000 ton/ano em 3 turnos	33%
Farinha empacotada	5 000 ton/ano em 1 turno	100%

1.4 - Vendas em 1973:

SECTORES	VOLUME	
	TONELADAS	CONTOS
Moagem	67 200	330 000
Massas	15 866	126 000
Bolachas	1 756	36 000
Rações	12 676	42 000
Arroz	8 142	57 000
Malte	3 311	21 000
Farinha empacotada	4 172	26 000
TOTAL :		638 000

1.5 - Participação noutras Sociedades:

- Empresa Nacional de Publicidade	100%
- Jornal de Notícias	66%
- Moagens Associadas	19%

Total das participações, ao preço de compra: 53 000 contos.

2 - SITUAÇÃO FUTURA

2.1 - Previsões a médio prazo:

2.1.1 - Moagem

- Remodelação da instalação actual com vista a uma maior produtividade e possível compra de uma moagem no Norte.

Prazo: 18 meses

Investimento ~ 35 000 contos para a remodelação.

2.1.2 - Massas

- Dada a impossibilidade de aumentar de momento, por falta de espaço, a actual capacidade enca-
ra-se a hipótese de tomar posição noutra empre-
sa que disponha também de moagem e de preferência
localizada no Norte.

Estão em curso negociações com a "Sociedade Industrial do Vouga" com vista à compra da sua moagem e fábrica de massas que nos foi oferecida por 90 000 contos.

A ampliação da nossa fábrica no Beato só é de encarar quando se libertar o andar hoje ocupado pela fábrica das bolachas com a entrada em funcionamento da nova fábrica.

2.1.3 - Bolachas

- Instalação de uma nova fábrica com a capacidade de 7 800 ton/ano, em 1 turno.

Prazo: 24 meses

Investimento 130 000 contos.

2.1.4 - Rações

- Aumento de capacidade para 20 400 ton/ano em 1 turno com a introdução de melhoramentos na actual instalação e posterior passagem ao trabalho em 2 turnos com a ampliação do actual sistema de recepção das matérias primas e armazenagem dos produtos.

Prazo: 12 meses

Investimento: 2 000 contos.

2.1.5 - Arroz

- Instalação de silos para recepção de arroz a granel com vista ao aumento de produtividade.

Prazo: 18 meses

Investimento: 10 000 contos.

2.1.6 - Panificação

- Transferência para a fábrica do Beato de toda a actividade de panificação distribuída actualmente por 3 padarias pertencentes à Companhia e começo de produção de bolaria.

Prazo: 3 anos

Investimento: 10 000 contos

2.1.7 - Industrias complementares

- Aquisição de equipamento para farinhas compostas e alimentos compostos.

Prazo: 18 meses

Investimento: 10 000 contos.

.../...

2.2 - Previsões a longo prazo:

2.2.1 - Malte

- Instalação de uma nova malteria para uma capacidade de 20 000 ton/ano se possível em contrato de associação com uma das fábricas da cerveja a instalar ou já instaladas. Vão-se estabelecer contactos com a COPEJA para esse fim. Vêm-se possibilidades de exploração.

Prazo: 5 anos

Investimento: Ainda não determinado.

2.2.2 - Rações

- Instalação de uma nova fábrica eventualmente em Santiago do Cacém ou em ligação com novos investimentos a realizar no campo da beterraba (aproveitamento do melaço e subprodutos) ou dos óleos comestíveis, por ex.: soja (para aproveitamento dos bagaços)

Prazo e investimentos: A determinar.

3 - RESUMO DOS INVESTIMENTOS

3.1 - A médio prazo: 287 000 contos

3.2 - A longo prazo: a determinar

4 - FONTES DE FINANCIAMENTO

Autofinanciamento por venda do edifício da Av. 24 de Julho:

- Valor da venda		450 000 contos	
- A deduzir:			
- Empréstimo da Caixa	135 000		
- Imposto de mais valia	<u>30 000</u>	<u>165 000</u>	"
		<u>285 000</u>	contos

Lisboa, 28 de Outubro de 1974.

* * * * *



COMPANHIA INDUSTRIAL DE PORTUGAL E COLÓNIAS

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPITAL 400 000 000\$00

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO, CONTA DE RESULTADOS E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 1974



SUMÁRIO

- 1—CORPOS GERENTES
- 2—ESTRUTURA INDUSTRIAL
- 3—SITUAÇÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO
- 4—EMPRESAS ASSOCIADAS
- 5—PESSOAL
- 6—ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA
- 7—ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA
- 8—ESCLARECIMENTOS SOBRE ALGUMAS RUBRICAS DO BALANÇO E CONTA DE RESULTADOS
- 9—A EMPRESA E O FUTURO

RELATÓRIO

Senhores Accionistas:

Para vossa consideração o Conselho de Administração apresenta-lhes o Relatório e Contas referentes ao exercício de 1974.

1—CORPOS GERENTES

1.1—No decorrer do exercício de 1974 renunciaram aos cargos para que haviam sido eleitos os seguintes membros dos corpos gerentes:

Da Mesa da Assembleia Geral:

Manoel Alberto Andrade e Sousa
José Nunes dos Santos
Manuel Amboim Ascensão Sande Lemos

Do Conselho Geral

António Xavier de Castro Constâncio Pereira Coutinho
João António Afonso Oliveira e Silva
José Nicolau Pires Correia
António Sebastião Gonçalves

Do Conselho de Administração:

Manoel Alberto Andrade e Sousa
António Xavier de Castro Constâncio Pereira Coutinho
João António Afonso Oliveira e Silva
José Nicolau Pires Correia

Do Conselho Fiscal:

António Sebastião Gonçalves

1.2—Para preenchimento dos cargos de parte dos membros demissionários foram propostos e aceites nos termos estatutários, até à Assembleia Geral a realizar em 1975, os seguintes accionistas:

Para o Conselho Geral:

José Rodrigues Raimundo
António Costa Silva Carvalho
Rui da Silva Nunes
Manuel Torrão

Para o Conselho de Administração:

José Rodrigues Raimundo (Presidente)
António Costa Silva Carvalho
Rui da Silva Nunes

Para o Conselho Fiscal (Vogal efectivo)

Manuel Torrão

4—EMPRESAS ASSOCIADAS

4.1—Empresa Nacional de Publicidade:

Esta nossa associada é devedora à C. I. P. C. de elevado montante. Esta dívida, que se mantém desde há anos sem qualquer amortização, foi agora agravada pela suspensão do pagamento de rendas devidas pelo aluguer das instalações de Alcântara, onde se encontra a funcionar o Anuário Comercial.

Circunstâncias de ordem política que nos ultrapassam têm impedido que possamos avaliar a real situação desta associada e, como nos compete, intervir na solução dos seus problemas, pelo menos, na medida em que estes se repercutem nesta vossa empresa.

Esperamos que no exercício de 1975 sejam criadas as condições indispensáveis à clarificação desta situação.

4.2—Empresa do «Jornal de Notícias»:

Elementos detalhados que nos foram fornecidos periodicamente fazem prever um prejuízo relativamente elevado no exercício de 1974 para a Empresa do «Jornal de Notícias». Tal prejuízo deve-se fundamentalmente aos aumentos verificados no custo do papel e das remunerações do trabalho, e ao facto do preço dos jornais diários se ter mantido, até final do exercício, em 2\$50.

A sua estrutura financeira apresenta graves deficiências que terão de ser corrigidas logo que seja oportuno um aumento do seu capital social.

4.3—João Ferreira Martins, Lda., Grande Padaria de S. José, Lda., Panificação do Chiado:

Estas sociedades, que exploram a indústria de panificação, não possuem um mínimo de estrutura industrial que permita a sua exploração em condições rendíveis.

Assim, no exercício de 1974 apresentam, mais uma vez, prejuízos elevados.

A situação económica e financeira é praticamente irrecuperável nas actuais condições de exploração, pelo que estão em curso estudos, aliás já iniciados pela anterior Administração, para se encontrar uma solução para estas Sociedades.

5—PESSOAL

5.1—E de todos conhecida a situação que hoje se vive neste campo.

Problemas de vária ordem surgem a todo o momento e temos que reconhecer que se alguns deles resultam de oportunismos e pretensões irrealistas, a maior parte deve-se a erros do passado.

De salientar todavia a existência de um forte espírito de empresa em grande parte do pessoal, que nos leva a acreditar na possibilidade de virmos a conseguir uma estabilidade que hoje não existe e sem a qual é muito difícil programar para o futuro.

Presentemente o efectivo da C. I. P. C. é de 1082 empregados assim repartidos:

	Homens	Mulheres	Total
— Sector fabril	418	271	689
— Transportes	93	—	93
— Oficinas	87	—	87
— Serviços Administrativos	100	41	141
— Serviços Comerciais	30	5	35
— Depósitos	37	—	37
TOTAL			1082

E custou à empresa durante o ano de 1974, com encargos sociais incluídos, 103 715 contos contra 69 532 contos em 1973, ou seja um aumento de 34 183 contos, consequência dos seguintes factos.

- a) Concessão em 1 de Abril, de um subsídio de alta de custo de vida a todos os trabalhadores com vencimentos inferiores a 10 000\$00, no valor de 500\$00 para os considerados mensais, 757\$60 para os assalariados e 423\$00 para as assalariadas.

Este subsídio foi integrado no ordenado a partir de Maio;

- b) Aumento, a partir de 1 de Maio, de 1500\$00 em todos os vencimentos inferiores a 10 000\$00;

- c) Concessão a partir da mesma data do complemento para o ordenado base, do subsídio de doença dado pela Previdência;

- d) Redução do horário de trabalho de 48 horas semanais para 45 (reivindicação aceite em Outubro);

- e) Pagamento do 13.º mês a todo o pessoal (reivindicação aceite em Dezembro);

- f) Concessão de um mês de férias e respectivo subsídio a todos os traba-

O Quadro apresentado a seguir resume a situação quanto às produções do exercício de 1974 e produtividade:

QUADRO II

PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

PRODUTOS	1973 (Total)	Janeiro a Abril de 1974	Maio a Agosto 1974	Setembro a Dezembro 1974	TOTAL 1974	
					Toneladas	Variações 1973
FARINHAS						
Produção (Toneladas)	88.037	23 763	30 706	28 152	82.621	-6%
Horas de M. O.	—	93 603 hh	91 804 hh	79 557 hh	264 964 hh	—
Kgs/Hora M. O.	—	254 Kgs/hh	334 Kgs/hh	345 Kgs/hh	312 Kgs/hh	—
MASSAS						
Produção (Toneladas)	15.466	5 418	5 158	5 334	15 910	+3%
Horas de M. O.	—	166 958 hh	167 752 hh	160 841 hh	495 551 hh	—
Kgs/Hora M. O.	—	32 Kgs/hh	31 Kgs/hh	33 Kgs/hh	32 Kgs/hh	—
BOLACHAS						
Produção (Toneladas)	2.288	1 014	659	666	2 339	-2%
Horas de M. O.	—	93 243 hh	67 656 hh	79 649 hh	240 548 hh	—
Kgs/Hora M. O.	—	11 Kgs/hh	10 Kgs/hh	8 Kgs/hh	10 Kgs/hh	—
ARROZ						
Produção (Toneladas)	7.393	2 891	1 264	1 722	5 877	-21%
Horas de M. O.	—	—	—	—	—	—
Kgs/Hora de M. O. ...	—	—	—	—	—	—
RAÇÕES						
Produção (Toneladas)	12.452	4 636	4 196	3 722	12 554	+1%
Horas de M. O.	—	22 913 hh	20 312 hh	17 909 hh	61 134 hh	—
Kgs/Hora de M. O. ...	—	202 Kgs/hh	207 Kgs/hh	208 Kgs/hh	205 Kgs/hh	—
MALTE						
Produção (Toneladas)	3 704	1 367	476	1 081	2 924	-21%
Horas de M. O.	—	35 904 hh	36 344 hh	38 718 hh	110 966 hh	—
Kgs/Hora de M. O. ...	—	38 Kgs/hh	13 Kgs/hh	28 Kgs/hh	26 Kgs/hh	—

6.4—Os custos das produções da Companhia sofreram um empolamento considerável entre Abril e Dezembro de 1974. Para este empolamento contribuíram principalmente as remunerações, as matérias-primas e as embalagens.

No quadro a seguir, tomando para base os custos completos no mês de Abril, apresentam-se os índices no mês de Dezembro para as diferentes produções da Companhia.

QUADRO III

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS MÉDIOS ENTRE

ABRIL E DEZEMBRO DE 1974

(Custo completo em Abril = 100)

PRODUÇÕES	Abril 1974 = 100	Dezembro de 1974
Farinhas	100	122
Massas	100	127
Bolachas	100	159
Rações	100	132
Arroz	100	121
Malte	100	154

7—ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira da Companhia sofreu um agravamento progressivo no segundo e terceiro quadrimestres do exercício de 1974.

Este agravamento deve-se, principalmente, a ter-se recorrido ao crédito a curto prazo para a cobertura dos défices de exploração.

O Quadro, a seguir, mostra a evolução da situação financeira no exercício de 1974.

QUADRO IV

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (INDICADORES)

Manoel Alberto Andrade e Sousa
Antônio Xavier de Castro Constância Pereira Coutinho
João Antônio Afonso Oliveira, e Silva
José Nicolau Pires Correia

Do Conselho Fiscal:

Antônio Sebastião Gonçalves

1.2—Para preenchimento dos cargos de parte dos membros demissionários foram propostos e aceites nos termos estatutários, até à Assembleia Geral a realizar em 1975, os seguintes accionistas:

Para o Conselho Geral:

José Rodrigues Raimundo
Antônio Costa Silva Carvalho
Rui da Silva Nunes
Manuel Torrão

Para o Conselho de Administração:

José Rodrigues Raimundo (Presidente)
Antônio Costa Silva Carvalho
Rui da Silva Nunes

Para o Conselho Fiscal (Vogal efectivo)

Manuel Torrão

2—ESTRUTURA INDUSTRIAL

O estado da nossa estrutura industrial é muito grave e como vamos mostrar pelo exame de cada um dos sectores exige soluções que a não serem tomadas põem em risco a própria sobrevivência da empresa.

2.1—Sector das Massas:

Uma fábrica velha, tecnologicamente ultrapassada, com uma capacidade de produção completamente saturada, num mercado em franca expansão, exige um rápido reapetrechamento, sem o que a empresa corre o risco de ser irremediavelmente ultrapassada, num sector onde até aqui tem mantido o predomínio do mercado.

2.2—Sector das Bolachas:

O panorama neste sector é muito idêntico ao das massas com a agravante ainda de as instalações não disporem de espaço que permita a montagem de linhas modernas, de alta capacidade e rentabilidade.

De facto, das 3 linhas de fabrico que estão montadas (2 de bolachas e 1 de wafers), apenas a de wafers se pode considerar em boas condições porque das outras duas, uma tem já 15 anos e mesmo assim ainda está em melhor estado do que a outra que só tem 7 anos

Existe algum equipamento novo mas mesmo este não pode ser utilizado em pleno porque ele integra as linhas de fabrico e estas estão no estado que se acaba de referir.

A fábrica dispõe assim de uma capacidade instalada da ordem das 190 toneladas mensais, hoje saturada em todos os tipos que produz excepte wafers.

Como, por outro lado, o mercado se encontra em expansão, a posição da empresa que hoje corresponde ao 4.º lugar irá sucessivamente decaindo, no caso de se não tomarem medidas adequadas.

2.3—Moagem:

Montada há 20 anos é constituída por dois moinhos que estão em tão más condições que não se pode garantir o seu funcionamento normal nem a obtenção de produtos finais em condições de concorrência.

Esta situação é tanto mais grave quanto é certo ter a empresa, neste sector, um lugar preponderante no abastecimento do País.

Se se atender por outro lado a que o mercado é hoje livre e que a empresa está instalada numa zona que absorve apenas 40 % da sua capacidade de produção, maior relevância adquire ainda a necessidade de uma renovação do equipamento por forma a conseguir-se uma produção altamente competitiva.

Portanto, quer por imperativos de ordem nacional, pelo que se refere à garantia de manter o abastecimento, quer de ordem particular no que diz respeito à necessidade de baixar os custos de produção, se impõe também a renovação urgente deste sector.

2.4—Malte:

Trata-se de uma fábrica instalada numa velha igreja em condições precaríssimas, cujo equipamento está não só desactualizado como também gasto e cansado.

O seu atraso tecnológico pode definir-se dizendo que ela emprega 51 operários quando uma fábrica moderna com o dobro de capacidade não necessita senão de 7.

Toda a sua produção está hoje vendida e com o incremento que se tem verificado no consumo de cerveja, é de prever que as vendas de malte progridam pelo menos no mesmo ritmo.

Põe-se, portanto, também aqui com toda a acuidade um problema de renovação e de ampliação.

2.5—Rações:

É uma fábrica instalada em 1963 em edifícios do Beato Norte, adaptados parcialmente a esse fim para uma laboração de 60 a 70 toneladas em 8 horas. Trabalha com 34 operários quando uma fábrica moderna com o dobro da capacidade não precisa mais de 4.

Isto mostra o seu grau de tecnicismo.

Faltam-lhe, por outro lado, armazéns de matérias-primas e de produtos acabados o que torna difícil e onerosa a sua movimentação. E tudo isto num sector onde o mercado é de grande concorrência e agressividade.

Compreendem-se, assim, os vultuosos resultados negativos desta exploração.

2.6—Arroz:

A fábrica localiza-se em Santiago do Cacém e tem uma capacidade de 15 000 toneladas anuais para uma laboração de 300 dias em turno normal.

—Transportes	93	—	93
—Oficinas	87	—	87
—Serviços Administrativos	100	41	141
—Serviços Comerciais	30	5	35
—Depósitos	37	—	37

TOTAL 1082

E custou à empresa durante o ano de 1974, com encargos sociais incluídos, 103 715 contos contra 69 532 contos em 1973, ou seja um aumento de 34 183 contos, consequência dos seguintes factos.

a) Concessão em 1 de Abril, de um subsídio de alta de custo de vida a todos os trabalhadores com vencimentos inferiores a 10 000\$00, no valor de 500\$00 para os considerados mensais, 757\$60 para os assalariados e 423\$00 para as assalariadas.

Este subsídio foi integrado no ordenado a partir de Maio;

b) Aumento, a partir de 1 de Maio, de 1500\$00 em todos os vencimentos inferiores a 10 000\$00;

c) Concessão a partir da mesma data do complemento para o ordenado base, do subsídio de doença dado pela Previdência;

d) Redução do horário de trabalho de 48 horas semanais para 45 (reivindicação aceite em Outubro);

e) Pagamento do 13.º mês a todo o pessoal (reivindicação aceite em Dezembro);

f) Concessão de um mês de férias e respectivo subsídio a todos os trabalhadores que em 1 de Janeiro tenham pelo menos, 1 ano de casa, e 3 semanas ao restante.

Note-se que o aumento de encargos a partir do próximo exercício será muito superior ao indicado acima porque a concessão do subsídio de férias só a partir de agora começa a ter efeito e as restantes concessões foram-se verificando ao longo de 1974, com início só em Abril.

Acresce ainda que já se encontram em discussão reivindicações respeitantes a novo aumento salarial e igualização de vencimentos por categorias que deverão montar a cerca de 20 000 contos, além de alterações a contratos de trabalho em vigor.

Em grande parte devido à concessão do subsídio de doença verificou-se um incremento de absentismo, em muitos casos meramente oportunista, particularmente entre as operárias, onde o seu nível foi, em média, superior a 30 %.

5.2—A qualificação do pessoal e nomeadamente dos quadros está longe de atingir os níveis necessários a uma gestão eficiente e dinâmica, pelo que será indispensável uma reciclagem ou formação dos elementos mais aproveitáveis e eventualmente admitir alguns quadros qualificados.

6—ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

6.1—O prejuízo do exercício de 1974, no montante de 8 151 270\$46, ficou a dever-se, fundamentalmente, ao aumento de encargos com remunerações de trabalho e ao reajustamento de critérios de regularização do Activo. As matérias-primas e embalagens, ainda que tivessem sofrido aumentos que, em média, ultrapassaram os 25 %, não tiveram uma influência sensível nos resultados, na medida em que foram compensadas, no mesmo período, por aumentos dos preços de venda.

Noutra parte deste relatório será justificado aos Senhores Accionistas o reajustamento dos critérios de regularização do Activo.

6.2—As diferentes actividades a que a empresa se dedica, contribuíram de modo diverso para o resultado do exercício.

Assim, as actividades industriais apresentaram, no seu conjunto, um prejuízo da ordem dos 19 148 contos, que veio a ser parcialmente compensado pelos resultados de participações financeiras e aluguer de propriedades.

Nas actividades industriais, apenas a Moagem e o Fabrico de Massas atingiram níveis satisfatórios, tendo as restantes contribuído decisivamente para o prejuízo verificado. nomeadamente o Fabrico de Rações e o Descasque de Arroz.

O comportamento dos resultados das explorações industriais nos três quadrimestres do exercício de 1974 foi, como seria de esperar, bastante diferente.

A uma situação relativamente animadora, de um ponto de vista de produções e resultados, no primeiro quadrimestre, seguiu-se uma queda brusca no segundo. Para esta queda contribuíram, fundamentalmente, o congelamento dos preços dos produtos da Companhia conjugado com o aumento dos encargos com remunerações do trabalho e uma redução da produção nalgumas fábricas.

No terceiro quadrimestre, com as novas tabelas homologadas pela Direcção-Geral de Preços, foi possível recuperar parte dos elevados prejuízos sofridos de Maio a Agosto.

O Quadro, a seguir, elucidará melhor sobre as situações relatadas:

QUADRO I

RESULTADOS LÍQUIDOS POR ACTIVIDADES

	Janeiro a Abril	Maio a Agosto	Setembro a Dezembro	Total do ano
1.—ACTIVIDADES INDUSTRIAIS				
1.1—Resultados da Venda de Produtos e Serviços:				
Moagem	+2742	+1 650	+ 8 609	+13 001
Massas	+1904	— 4 897	+ 8 375	+ 5 382
Bolachas	+ 806	— 1 729	+ 182	— 741
Rações	—2316	— 3 881	— 815	— 7 012
Arroz	— 448	— 1 962	— 1 869	— 4 279
Malte	— 320	— 983	— 1 538	— 2 841
Farinhas empacotadas	— 346	— 1 079	— 323	— 1 748
Serviços prestados	+ 137	+ 96	+ 97	+ 330
Subtotal	+2159	—12 785 (x)	+12 718	+ 2 092
1.2—Outros Encargos e Proveitos das Explorações Industriais:				
1.2.1—Encargos financeiros...	—	—	—	— 9 558

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS MÉDIOS ENTRE

ABRIL E DEZEMBRO DE 1974

(Custo completo em Abril = 100)

PRODUÇÕES	Abril 1974 = 100	Dezembro de 1974
Farinhas	100	122
Massas	100	127
Bolachas	100	159
Rações	100	132
Arroz	100	121
Malte	100	154

7—ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A situação financeira da Companhia sofreu um agravamento progressivo no segundo e terceiro quadrimestres do exercício de 1974.

Este agravamento deve-se, principalmente, a ter-se recorrido ao crédito a curto prazo para a cobertura dos défices de exploração.

O Quadro, a seguir, mostra a evolução da situação financeira no exercício de 1974.

QUADRO IV

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (INDICADORES)

INDICADORES	Dez. 1973	1974		
		Abril	Agosto	Dez.
Liquidez Monetária				
Disponível + Dívidas a curto prazo	0,91	0,58	0,61	0,55
Exigível a curto prazo				
Liquidez Total				
Disponível + Realizável a curto pz.º + Exist.	1,63	1,37	1,27	1,25
Exigível a curto prazo				
Solvabilidade				
Passivo	0,58	0,72	0,72	0,82
Capital Próprio				
Passivo	273 283 contos	331 974 contos	326 479 contos	373 711 contos

8—ESCLARECIMENTOS SOBRE ALGUMAS RUBRICAS DO BALANÇO E CONTA DE RESULTADOS

Prestam-se, a seguir, esclarecimentos considerados necessários à compreensão de algumas rubricas do Balanço e Conta de Resultados.

8.1—Existências:

Os produtos fabricados e em curso foram avaliados ao custo real de fabrico. As restantes existências foram avaliadas ao custo médio de aquisição.

8.2—Realizável a médio e longo prazo:

O montante apresentado em Letras a Receber respeita à nossa associada João Ferreira Martins, Lda. Dada a situação desta Sociedade, a sua cobrança é muito incerta.

O montante de 42 573 491\$46 respeita também às nossas associadas. Da quase totalidade é devedora a Empresa Nacional de Publicidade, cuja situação já relatada anteriormente, deixa na incerteza o momento em que será possível iniciar a cobrança da dívida.

8.3—Imobilizado:

Estudos efectuados mostraram que o património industrial se encontra consideravelmente sobre-avaliado, em grande parte devido a reavaliação levada a efeito em 1964 e a amortizações que não correspondem aos desgastes efectivos e obsolescência dos equipamentos.

Ponderadas algumas razões de ordem fiscal, decidiu-se corrigir apenas parcialmente aquelas distorções.

Assim:

- O equipamento fora de uso ou inexistente foi abatido ao imobilizado;
- As amortizações do exercício foram computadas às taxas máximas previstas na lei fiscal, o que, em alguns casos, se situa abaixo da depreciação física e económica;
- Mantiveram-se sem qualquer alteração os valores brutos e as amortizações efectuadas em exercícios anteriores relativamente ao equipamento em uso.

8.4—Exigível a curto prazo:

Nas rubricas respectivas apresentam-se os montantes das dívidas da Companhia com vencimento até 31 de Dezembro de 1975.

8.5—Conta de Resultados (Provisões):

Nas provisões para fazer face a dívidas de cobrança duvidosa utilizaram-se os montantes máximos permitidos pela Administração Fiscal. Consideram-se contudo, estes montantes insuficientes para fazer face às dívidas que eventualmente se tornarão incobráveis, dada a situação de alguns dos nossos clientes e empresas associadas.

A provisão para Contribuições e Impostos, respeita a Contribuições de 1973 ainda não postas a pagamento pela Fazenda Pública e à Contribuição Predial do exercício de 1974.

2.1—Sector das Massas:

Uma fábrica velha, tecnologicamente ultrapassada, com uma capacidade de produção completamente saturada, num mercado em franca expansão, exige um rápido reapetrechamento, sem o que a empresa corre o risco de ser irremediavelmente ultrapassada, num sector onde até aqui tem mantido o predomínio do mercado.

2.2—Sector das Bolachas:

O panorama neste sector é muito idêntico ao das massas com a agravante ainda de as instalações não disporem de espaço que permita a montagem de linhas modernas, de alta capacidade e rentabilidade.

De facto, das 3 linhas de fabrico que estão montadas (2 de bolachas e 1 de wafers), apenas a de wafers se pode considerar em boas condições porque das outras duas, uma tem já 15 anos e mesmo assim ainda está em melhor estado do que a outra que só tem 7 anos.

Existe algum equipamento novo mas mesmo este não pode ser utilizado em pleno porque ele integra as linhas de fabrico e estas estão no estado que se acaba de referir.

A fábrica dispõe assim de uma capacidade instalada da ordem das 190 toneladas mensais, hoje saturada em todos os tipos que produz excepto wafers.

Como, por outro lado, o mercado se encontra em expansão, a posição da empresa que hoje corresponde ao 4.º lugar irá sucessivamente decaindo, no caso de se não tomarem medidas adequadas.

2.3—Moagem:

Montada há 20 anos é constituída por dois moinhos que estão em tão más condições que não se pode garantir o seu funcionamento normal nem a obtenção de produtos finais em condições de concorrência.

Esta situação é tanto mais grave quanto é certo ter a empresa, neste sector, um lugar preponderante no abastecimento do País.

Se se atender por outro lado a que o mercado é hoje livre e que a empresa está instalada numa zona que absorve apenas 40 % da sua capacidade de produção, maior relevância adquire ainda a necessidade de uma renovação do equipamento por forma a conseguir-se uma produção altamente competitiva.

Portanto, quer por imperativos de ordem nacional, pelo que se refere à garantia de manter o abastecimento, quer de ordem particular no que diz respeito à necessidade de baixar os custos de produção, se impõe também a renovação urgente deste sector.

2.4—Malte:

Trata-se de uma fábrica instalada numa velha igreja em condições precaríssimas, cujo equipamento está não só desactualizado como também gasto e cansado.

O seu atraso tecnológico pode definir-se dizendo que ela emprega 51 operários quando uma fábrica moderna com o dobro de capacidade não necessita senão de 7.

Toda a sua produção está hoje vendida e com o incremento que se tem verificado no consumo de cerveja, é de prever que as vendas de malte progridam pelo menos no mesmo ritmo.

Põe-se, portanto, também aqui com toda a acuidade um problema de renovação e de ampliação.

2.5—Rações:

É uma fábrica instalada em 1963 em edifícios do Beato Norte, adaptados parcialmente a esse fim para uma laboração de 60 a 70 toneladas em 8 horas. Trabalha com 34 operários quando uma fábrica moderna com o dobro da capacidade não precisa mais de 4.

Isto mostra o seu grau de tecnicismo.

Faltam-lhe, por outro lado, armazéns de matérias-primas e de produtos acabados o que torna difícil e onerosa a sua movimentação. E tudo isto num sector onde o mercado é de grande concorrência e agressividade.

Compreendem-se, assim, os vultuosos resultados negativos desta exploração.

2.6—Arroz:

A fábrica localiza-se em Santiago do Cacém e tem uma capacidade de 15 000 toneladas anuais para uma laboração de 300 dias em turno normal.

O equipamento é actual mas falta-lhe automatização e instalações que lhe permitam receber o arroz a granel. Isto faz com que tenha um efectivo de 61 trabalhadores quando se estivesse convenientemente equipada ele se poderia reduzir apenas a 20.

Por outro lado, a sua localização é também bastante má porque está longe do consumo e a zona também é de produção limitada.

A tudo isto acresce ainda a falta de matéria-prima que não tem permitido laborar mais de 10 000 toneladas anuais, que equivale a uma laboração de apenas 2/3 do ano. Significa que a fábrica está parada 1/3 do ano com todas as despesas que lhe estão inerentes. Uma exploração, portanto, verdadeiramente ruinosa.

3—PATRIMÓNIO

Já do antecedente se sabe o que representam no património da empresa os 60 prédios velhos, alugados por rendas irrisórias, quase todos a necessitarem de obras urgentes de reparação e beneficiação.

De novo apenas há que referir que se encontra concluído o edifício da Av. 24 de Julho construído, como se sabe, com um empréstimo da Caixa Geral de Depósitos que cobriu integralmente o custo da construção.

Põe-se agora a questão do destino que se lhe deve dar.

Pensa-se que a melhor solução é vendê-lo, pois assim poderá constituir uma fonte de financiamento para os investimentos que se projectam realizar no sector industrial.

É claro que estamos conscientes da dificuldade que poderá oferecer uma operação desta natureza na presente conjuntura, mas alugá-lo também não é fácil, muito menos com rapidez, além de que esta solução nos parece errada para uma empresa de vocação essencialmente industrial.

É nossa convicção que a venda é o caminho certo e é isso que vamos submeter desde já ao parecer do Conselho Geral.

ao longo de 1974, com início só em Abril.

Acresce ainda que já se encontram em discussão reivindicações respeitantes a novo aumento salarial e igualização de vencimentos por categorias que deverão montar a cerca de 20 000 contos, além de alterações a contratos de trabalho em vigor.

Em grande parte devido à concessão do subsídio de doença verificou-se um incremento de absentismo, em muitos casos meramente oportunista, particularmente entre as operárias, onde o seu nível foi, em média, superior a 30 %.

5.2—A qualificação do pessoal e nomeadamente dos quadros está longe de atingir os níveis necessários a uma gestão eficiente e dinâmica, pelo que será indispensável uma reciclagem ou formação dos elementos mais aproveitáveis e eventualmente admitir alguns quadros qualificados.

6—ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

6.1—O prejuízo do exercício de 1974, no montante de 8 151 270\$46, ficou a dever-se, fundamentalmente, ao aumento de encargos com remunerações de trabalho e ao reajustamento de critérios de regularização do Activo. As matérias-primas e embalagens, ainda que tivessem sofrido aumentos que, em média, ultrapassaram os 25 %, não tiveram uma influência sensível nos resultados, na medida em que foram compensadas, no mesmo período, por aumentos dos preços de venda.

Noutra parte deste relatório será justificado aos Senhores Accionistas o reajustamento dos critérios de regularização do Activo.

6.2—As diferentes actividades a que a empresa se dedica, contribuíram de modo diverso para o resultado do exercício.

Assim, as actividades industriais apresentaram, no seu conjunto, um prejuízo da ordem dos 19 148 contos, que veio a ser parcialmente compensado pelos resultados de participações financeiras e aluguer de propriedades.

Nas actividades industriais, apenas a Moagem e o Fabrico de Massas atingiram níveis satisfatórios, tendo as restantes contribuído decisivamente para o prejuízo verificado, nomeadamente o Fabrico de Rações e o Descasque de Arroz.

O comportamento dos resultados das explorações industriais nos três quadrimestres do exercício de 1974 foi, como seria de esperar, bastante diferente.

A uma situação relativamente animadora, de um ponto de vista de produções e resultados, no primeiro quadrimestre, seguiu-se uma queda brusca no segundo. Para esta queda contribuíram, fundamentalmente, o congelamento dos preços dos produtos da Companhia conjugado com o aumento dos encargos com remunerações do trabalho e uma redução da produção nalgumas fábricas.

No terceiro quadrimestre, com as novas tabelas homologadas pela Direcção-Geral de Preços, foi possível recuperar parte dos elevados prejuízos sofridos de Maio a Agosto.

O Quadro, a seguir, elucidará melhor sobre as situações relatadas:

QUADRO I

RESULTADOS LÍQUIDOS POR ACTIVIDADES

	Janeiro a Abril	Maio a Agosto	Setembro a Dezembro	Total do ano
1.—ACTIVIDADES INDUSTRIAIS				
1.1—Resultados da Venda de Produtos e Serviços:				
Moagem	+ 2742	+ 1 650	+ 8 609	+ 13 001
Massas	+ 1904	+ 4 897	+ 8 375	+ 5 382
Bolachas	+ 806	+ 1 729	+ 182	+ 741
Rações	+ 2316	+ 3 881	+ 815	+ 7 012
Arroz	+ 448	+ 1 962	+ 1 869	+ 4 279
Malte	+ 320	+ 983	+ 1 538	+ 2 841
Farinhas empacotadas	+ 346	+ 1 079	+ 323	+ 1 748
Serviços prestados	+ 137	+ 96	+ 97	+ 330
Subtotal	+ 2159	+ 12 785 (x)	+ 12 718	+ 2 092
1.2—Outros Encargos e Proveitos das Explorações Industriais:				
1.2.1—Encargos financeiros	—	—	—	— 9 558
1.2.2—Provisões	—	—	—	— 5 572
1.2.3—Resultados excepcionais	—	—	—	— 4 804
1.2.4—Resultados de exercícios findos	—	—	—	— 2 576
1.2.5—Outros proveitos	—	—	—	+ 1 270
Resultado líquido das explorações industriais	—	—	—	— 19 148
2.—RENDIMENTO LÍQUIDO DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	+ 1301	+ 262	—	+ 1 563
3.—RENDIMENTO LÍQUIDO DE PROPRIEDADE	—	—	—	+ 9 434
4.—RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	—	—	—	— 8 151

(x) Estes resultados estão afectados de cerca de 4 000 contos de amortizações que deveriam ter sido efectuados no 1.º quadrimestre.

6.3—As produções no exercício de 1974, com excepção da fábrica de massas, atingiram níveis inferiores, ou quanto muito idênticos, aos do exercício anterior.

Contribuíram para este facto, quanto ao arroz e malte, a carência de matérias-primas. Quanto à moagem, a política de liberalização total que desviou os clientes de farinha «exportada» para as fábricas localizadas nas respectivas zonas.

A produtividade, avaliada em quilogramas de produção por hora de trabalhador directo, mantém-se em níveis irrisórios e alarmantes, o que confirma os factos atrás referidos quanto à situação industrial.

Disponível + Dívidas a curto prazo	0,91	0,58	0,61	0,55
Exigível a curto prazo				
Liquidez Total				
Disponível + Realizável a curto pz.º + Exist.	1,63	1,37	1,27	1,25
Exigível a curto prazo				
Solvabilidade				
Passivo	0,58	0,72	0,72	0,82
Capital Próprio				
Passivo	273 283 contos	331 974 contos	326 479 contos	373 711 contos

8—ESCLARECIMENTOS SOBRE ALGUMAS RUBRICAS DO BALANÇO E CONTA DE RESULTADOS

Prestam-se, a seguir, esclarecimentos considerados necessários à compreensão de algumas rubricas do Balanço e Conta de Resultados.

8.1—Existências:

Os produtos fabricados e em curso foram avaliados ao custo real de fabrico. As restantes existências foram avaliadas ao custo médio de aquisição.

8.2—Realizável a médio e longo prazo:

O montante apresentado em Letras a Receber respeita à nossa associada João Ferreira Martins, Lda. Dada a situação desta Sociedade, a sua cobrança é muito incerta.

O montante de 42 573 491\$46 respeita também às nossas associadas. Da quase totalidade é devedora a Empresa Nacional de Publicidade, cuja situação já relatada anteriormente, deixa na incerteza o momento em que será possível iniciar a cobrança da dívida.

8.3—Imobilizado:

Estudos efectuados mostraram que o património industrial se encontra consideravelmente sobre-avaliado, em grande parte devido a reavaliação levada a efeito em 1964 e a amortizações que não correspondem aos desgastes efectivos e obsolescência dos equipamentos.

Ponderadas algumas razões de ordem fiscal, decidiu-se corrigir apenas parcialmente aquelas distorções.

Assim:

- O equipamento fora de uso ou inexistente foi abatido ao imobilizado;
- As amortizações do exercício foram computadas às taxas máximas previstas na lei fiscal, o que, em alguns casos, se situa abaixo da depreciação física e económica;
- Mantiveram-se sem qualquer alteração os valores brutos e as amortizações efectuadas em exercícios anteriores relativamente ao equipamento em uso.

8.4—Exigível a curto prazo:

Nas rubricas respectivas apresentam-se os montantes das dívidas da Companhia com vencimento até 31 de Dezembro de 1975.

8.5—Conta de Resultados (Provisões):

Nas provisões para fazer face a dívidas de cobrança duvidosa utilizaram-se os montantes máximos permitidos pela Administração Fiscal. Consideram-se contudo, estes montantes insuficientes para fazer face às dívidas que eventualmente se tornarão incobráveis, dada a situação de alguns dos nossos clientes e empresas associadas.

A provisão para Contribuições e Impostos, respeita a Contribuições de 1973 ainda não postas a pagamento pela Fazenda Pública e à Contribuição Predial do exercício de 1974.

9—A EMPRESA E O FUTURO

Como se disse, a solução da actual situação da estrutura industrial da empresa põe-se em termos da sua própria sobrevivência.

Encaramo-la nos seguintes termos:

Nos sectores que apresentam francas perspectivas de desenvolvimento, como são o das massas, bolachas e moagem, a política a seguir deverá ser a da completa remodelação das instalações actuais.

Nos outros sectores a exploração deverá continuar a fazer-se com base nas actuais instalações, adaptadas e melhoradas, para, pelo menos, se atingir o ponto de equilíbrio na exploração e isto por não ser possível adoptar de momento a solução mais indicada que, face à actual conjuntura de preços e custos, deveria ser para as rações e arroz suspensa a laboração.

Discriminadamente o programa compreende:

9.1—No sector das Massas:

Remodelação da fábrica do Beato com vista a uma maior automatização da instalação e a um aumento da sua capacidade, por forma a equilibrá-la com a da semolária.

Esta remodelação implicará a instalação de novas linhas, a renovação de outras e a montagem de equipamento complementar em substituição do que, entretanto, se tornou obsoleto em face do avanço tecnológico ultimamente verificado.

Note-se, que este empreendimento só poderá estar terminado, na melhor das hipóteses, dentro de 2 anos, e entretanto a empresa, que já está com a sua capacidade saturada, perderia neste intervalo uma posição no mercado que dificilmente recuperaria.

Por isso se aproveitou a oportunidade que surgiu de adquirir as instalações da ITALI, na Póvoa de Santa Iria, com as quais se pretende fazer face de imediato às necessidades actuais do mercado. É uma operação que está já a ultimar-se.

Deve-se no entanto frisar que qualquer das soluções apontadas não resol-
vem em termos de futuro, os problemas da evolução do nosso mercado.
Pensa-se que o problema deve ser encarado com uma certa ousadia cami-
nhando abertamente para a instalação de uma nova fábrica com a respectiva
emolumenta em local a estudar no Norte do País.

9.2—No sector das Bolachas:

Instalações de uma fábrica nova, nas proximidades de Lisboa, com uma
capacidade de 700 ton./mês, em 1 turno, a arrancar em Janeiro de 1977.
É um empreendimento cujo estudo se encontra já em fase de grande adian-
tamento e cuja realização implica um investimento em capital fixo e circulante
da ordem dos 250 000 contos.

9.3—Na Moagem:

Atendendo a que estão montados 2 moinhos e à necessidade de manter
nem quebras o abastecimento em farinha para panificação, a remodelação na
moagem deve fazer-se separadamente e em cada um dos moinhos.
Para já impõe-se a remodelação do moinho n.º 2 para uma capacidade de
280 ton./24 horas, aproveitando do equipamento existente aquele que se considera
poder ficar em boas condições de utilização depois de efectuadas as revisões tec-
nicamente aconselháveis, mas dotando-o com um diagrama actualizado às neces-
sidades exigidas pelas novas tendências do mercado de farinhas.

9.4—No Malte:

Face às possibilidades do mercado pensa-se duplicar a produção com a ins-
talação de um silo de 3000 toneladas e 2 câmaras de temporização.

9.5—Nas Rações:

O objectivo aqui é também duplicar a produção com o mesmo pessoal. Para
isso está projectado:

- Instalar silos para matérias-primas, um melaçador, uma prensa para gra-
nulados, um paletizador e fitas transportadoras;
- Adaptar um dos edifícios do Beato a armazém dos produtos acabados.

9.6—No Arroz:

Os investimentos a fazer nesta fábrica condicionados à possibilidade de
obtenção de matéria-prima, dizem respeito à construção de silos metálicos para
a recepção do arroz a granel, além da instalação da moagem de trinca que já
está em curso.
Estudam-se, entretanto, fabricações complementares para a absorção do
excesso de mão-de-obra e a nossa introdução em mercados especializados.
Em conclusão, um vasto programa de investimentos para cuja cobertura se
conta com o produto da venda do edifício da Av. 24 de Julho e com o apoio do
crédito, que, voltamos a frisar, se põe à empresa em termos da sua própria
sobrevivência.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1975.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- (a) José Rodrigues Raimundo — Presidente
- (a) Rui da Silva Nunes
- (a) António Costa Silva Carvalho

BALANÇO E CONTA DE RESULTADOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

ACTIVO		Montante Bruto	Amortizações e Provisões	Montante Líquido
DISPONÍVEL				
Caixa	3 575 081 89			
Bancos	20 718 399 13			
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO				
Clientes	70 290 339 79	2 800 000 00	67 490 339 79	
Fornecedores	5 783 298 99		5 783 298 99	
F. N. I. M.	184 793 88		184 793 88	
Devedores e Credores	11 599 149 16		11 599 149 16	
EXISTÊNCIAS				
Produtos Fabricados	41 427 207 70			
Matérias-Primas	74 107 486 74			
Produtos em Curso	19 995 284 84			
Taras Marca Alheia	2 574 188 18			
	65 910 00			
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO				
Letras e Títulos a Receber	5 094 249 80		5 094 249 80	
Devedores e Credores	42 573 491 46	1 200 000 00	41 373 491 46	
IMOBILIZADO				
Imóveis Industriais	163 389 870 25	32 944 350 98	130 445 519 27	
Equipamento	226 062 335 56	108 920 318 98	117 142 016 58	
Móveis e Utensílios	6 705 277 96	3 312 993 26	3 392 284 70	
Material de Transporte	11 907 474 44	9 270 588 47	2 636 885 97	
Taras	4 448 986 53		4 448 986 53	
Propriedades de Rendimento	80 073 791 65	10 929 541 48	69 144 250 17	
Participações Financeiras	26 885 404 80		26 885 404 80	
Ações Próprias	25 667 000 00		25 667 000 00	
Imobilizações em Curso	149 439 136 92		149 439 136 92	
CONTAS TRANSITÓRIAS				
Encargos Antecipados				
TOTAL DO ACTIVO				
CONTAS DE ORDEM				
Cereais de C/ e Ordem da F. N. I. M.	12 429 670 85			
Valores em Depósito	33 041 500 00			
Fundos Corporativos	9 102 212 30			
Avais Prestados	11 500 000 00			

O TÉCNICO DE CONTAS

Lisboa 31 de Dezembro de 1974

(a) Mário Monteiro

PASSIVO		Montante	Totais Parciais
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO			
Clientes	2 587 316 48		
Fornecedores	27 028 981 04		
Letras e Títulos a Pagar	7 223 545 60		
F. N. I. M.	26 289 524 23		
Empréstimos	104 400 000 90		
Devedores e Credores	16 993 012 59		
Dividendos a Pagar	13 324 567 50	197 846 948 34	
EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO			
Letras e Títulos a Pagar	10 137 500 00		
Empréstimos	158 300 000 00	168 437 500 00	
PROVISÕES PARA ENCARGOS PREVISTOS			
Provisão para Contribuições e Impostos		5 757 083 00	
CONTAS TRANSITÓRIAS			
Encargos a Pagar		1 669 368 10	

CONTA DE RESULTADOS

EXISTÊNCIAS NO FIM DO EXERCÍCIO

Produtos Acabados	41 427 207 70	
Produtos em Curso	2 574 188 18	
Matérias-Primas	74 107 486 74	
Materiais de Consumo	19 995 284 84	138 104 167 46

VENDAS

Moagem	336 122 967 60	
Massas	148 870 335 70	
Bolachas	47 231 526 91	
Rações	47 425 330 90	
Arroz	44 643 634 38	
Malte	12 649 509 40	
Farinhas Empacotadas	21 818 502 45	658 761 807 34

PROVEITOS ACESSÓRIOS DAS EXPL. INDUSTRIAIS

Serviços e trabalhos prest. a terceiros	1 003 863 20	
Vendas de Taras, Sucatas e diversos	446 170 18	
Indemnizações, comissões e bónus	1 459 126 60	
Diferenciais e subsídios	41 362 891 40	
Outros proveitos acessórios	626 739 88	44 898 791 26

PROVEITOS FINANCEIROS

Dividendos Recebidos	1 562 831 10	
Outros Proveitos Financeiros	713 259 94	2 276 091 04

OBRAS INTERNAS PARA O IMOBILIZADO

		3 287 204 04
--	--	--------------

OUTROS PROVEITOS DA EXPLORAÇÃO

		610 779 10
--	--	------------

RENDIMENTO DE PROPRIEDADES

		18 360 746 50
--	--	---------------

PROVEITOS DE EXERCÍCIOS FINDOS

Reembolso de Impostos	913 795 00	
Outros proveitos de exercícios findos	62 762 90	976 557 90

GANHOS EXCEPCIONAIS

Mais-valias do Imobilizado	144 671 22	
Regularizações diversas	65 602 40	210 273 62

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Prejuízo		8 151 270 46
		875 637 688 72

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- (a) José Rodrigues Raimundo — Presidente
- (a) Rui da Silva Nunes
- (a) António Costa Silva Carvalho

EXISTÊNCIAS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO

Produtos Acabados	23 494 459 61	
Produtos em Curso	1 161 086 96	
Matérias-Primas	48 102 750 13	
Materiais de Consumo	13 935 531 63	86 693 828 33

COMPRAS

Matérias-Primas	545 615 165 84	
Materiais de Consumo	38 813 360 62	
Outras Compras	492 348 80	
Encargos Fiscais com Compras	3 365 313 88	588 286 189 14

ENCARGOS COM PESSOAL E CORPOS GERENTES

Corpos Gerentes	2 053 813 20	
Pessoal	97 229 057 18	
Pensões e Subsídios	5 496 879 50	
Outros Encargos Sociais	989 199 40	105 768 949 28

IMPOSTOS E TAXAS

		9 299 392 43
--	--	--------------

TRABALHOS, FORNECIMENTOS E SERV. EXTERIORES

		15 503 947 57
--	--	---------------

TRANSPORTES, DESLOCAÇÕES E ESTADIAS

		13 768 715 60
--	--	---------------

ENCARGOS FINANCEIROS

C/ a Exploração Corrente	2 290 726 86	
C/Empréstimos	7 267 461 16	9 558 188 02

OUTROS ENCARGOS DE GESTÃO

		508 472 20
--	--	------------

AMORTIZAÇÕES

		32 098 051 38
--	--	---------------

PROVISÕES

P/Créditos Duvidosos	3 380 595 60	
P/Contribuições e Impostos	5 757 083 00	9 137 978 60

PERDAS EXCEPCIONAIS

Menos-valias do Imobilizado	1 621 221 13	
Inutilização de sacaria	233 940 17	
Débitos incobráveis c/certidão	261 680 10	
Abate de equipamento ao Imobilizado	2 897 134 77	5 013 976 17
		875 637 688 72

O TÉCNICO DE CONTAS

Lisboa 31 de Dezembro de 1974

(a) Mário Monteiro

COMPANHIA INDUSTRIAL DE PORTUGAL E COLÓNIAS

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

DESIGNAÇÃO	Quan- tidades	Valor Nominal	Preço Médio de Compra	Valor de Balanço		Valor de Aquisição
				Unitário	Total	
1 — QUOTAS						
João Ferreira Martins, Lda. ...					759 446\$70	759 446\$70
Grande Padaria de S. José, Lda.					611 353\$30	611 353\$30
2 — AÇÕES						
Empresa Nacional de Publici- dade	126 000	100\$00	100\$00	100\$00	12 600 000\$00	12 600 000\$00
Empresa do JORNAL DE NO- TÍCIAS	117	1000\$00	59 829\$05	59 829\$05	7 000 000\$00	7 000 000\$00
SECE — Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas	1 200	1000\$00	1 000\$00	1 000\$00	1 200 000\$00	1 200 000\$00
Moagens Associadas	43 680	100\$00	100\$00	100\$00	4 368 000\$00	4 368 000\$00
Sociedade de Fiação	970	100\$00	187\$24	187\$24	181 626\$80	181 626\$80
Sociedade de Massas	978	1\$00	1\$00	1\$00	978\$00	978\$00
Cooperativa Abastecedora dos Industriais de Alimentos	100	100\$00	100\$00	100\$00	10 000\$00	10 000\$00
Companhia Portuguesa de Ele- ctricidade	153	1000\$00	1 000\$00	1 000\$00	153 000\$00	153 000\$00
Fábricas Alvorada	3	100\$00	2 000\$00	2 000\$00	6 000\$00	6 000\$00
Ações próprias	51 334	500\$00	500\$00	500\$00	25 667 000\$00	25 667 000\$00
TOTAL					52 552 404\$80	52 552 404\$80

O TÉCNICO DE CONTAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

ACTIVO	Montante Bruto	Amortizações e Provisões	Montante Líquido
DISPONÍVEL			
Caixa	3 575 081 89		
Bancos	20 718 399 13		
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO			
Clientes	70 290 339 79	2 800 000 00	67 490 339 79
Fornecedores	5 783 298 99		5 783 298 99
F. N. I. M.	184 793 88		184 793 88
Devedores e Credores	11 599 149 16		11 599 149 16
EXISTÊNCIAS			
Produtos Fabricados	41 427 207 70		
Matérias-Primas	74 107 486 74		
Produtos em Curso	19 995 284 84		
Tarfas Marca Alheia	2 574 188 18		
	65 910 00		
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO			
Letras e Títulos a Receber	5 094 249 80		5 094 249 80
Devedores e Credores	42 573 491 46	1 200 000 00	41 373 491 46
IMOBILIZADO			
Imóveis Industriais	163 389 870 25	32 944 350 98	130 445 519 27
Equipamento	226 062 335 56	108 920 318 98	117 142 016 58
Móveis e Utensílios	6 705 277 96	3 312 993 26	3 392 284 70
Material de Transporte	11 907 474 44	9 270 588 47	2 636 885 97
Tarfas	4 448 986 53		4 448 986 53
Propriedades de Rendimento	80 073 791 65	10 929 541 48	69 144 250 17
Participações Financeiras	26 885 404 80		26 885 404 80
Ações Próprias	25 667 000 00		25 667 000 00
Imobilizações em Curso	149 439 136 92		149 439 136 92
CONTAS TRANSITÓRIAS			
Encargos Antecipados			
TOTAL DO ACTIVO			
CONTAS DE ORDEM			
Cereais de C/ e Ordem da F. N. I. M.	12 429 670 85		
Valores em Depósito	33 041 500 00		
Fundos Corporativos	9 102 212 30		
Avaliações Prestadas	11 500 000 00		

O TÉCNICO DE CONTAS
(a) Mário Monteiro

Lisboa 31 de Dezembro de 1974

Totais Parciais	PASSIVO	Montante	Totais Parciais
	EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
24 293 481 02	Clientes	2 587 316 48	
	Fornecedores	27 028 981 04	
	Letras e Títulos a Pagar	7 223 545 60	
	F. N. I. M.	26 289 524 23	
	Empréstimos	104 400 000 90	
	Devedores e Credores	16 993 012 59	
	Dividendos a Pagar	13 324 567 50	197 846 948 34
85 057 581 82	EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO		
	Letras e Títulos a Pagar	10 137 500 00	
	Empréstimos	158 300 000 00	168 437 500 00
	PROVISÕES PARA ENCARGOS PREVISTOS		
	Provisão para Contribuições e Impostos		5 757 083 00
138 170 077 46	CONTAS TRANSITÓRIAS		
	Encargos a Pagar		1 669 368 10
46 467 741 26	TOTAL DO PASSIVO		373 710 899 44
	SITUAÇÃO LÍQUIDA		
	SITUAÇÃO LÍQUIDA EM 31-12-73		
529 201 484 94	Capital	400 000 000 00	
	Reserva Legal	18 934 624 70	
	Reserva Variável	42 347 354 00	
	Saldo do Exercício Anterior	49 022 778	
		461 772 206 48	
4 141 468 96	VARIAÇÕES EM 1974		
827 331 835 46	Prejuízo do Exercício	-8 151 270 46	453 620 936 02
	TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA		827 331 835 46
	CONTAS DE ORDEM		
66 073 383 15	F. N. I. M. C/Cereais S/Ordem	12 429 670 85	
	Credores por Valores em Depósito	33 041 500 00	
	Compensação dos Fundos Corporativos	9 102 212 30	
	Responsabilidades P/Avaliações Prestadas	11 500 000 00	66 073 383 15

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(a) José Rodrigues Raimundo — Presidente
(a) Rui da Silva Nunes
(a) António Costa Silva Carvalho

(a) António Costa Silva Carvalho

EXISTÊNCIAS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO

Produtos Acabados	23 494 459 61	
Produtos em Curso	1 161 086 96	
Matérias-Primas	48 102 750 13	
Matérias de Consumo	13 935 531 63	86 693 828 33

COMPRAS

Matérias-Primas	545 615 165 84	
Matérias de Consumo	38 813 360 62	
Outras Compras	492 348 80	
Encargos Fiscais com Compras	3 365 313 88	588 286 189 14

ENCARGOS COM PESSOAL E CORPOS GERENTES

Corpos Gerentes	2 053 813 20	
Pessoal	97 229 057 18	
Pensões e Subsídios	5 496 879 50	
Outros Encargos Sociais	989 199 40	105 768 949 28

IMPOSTOS E TAXAS

		9 299 392 43
--	--	--------------

TRABALHOS, FORNECIMENTOS E SERV. EXTERIORES

		15 503 947 57
--	--	---------------

TRANSPORTES, DESLOCAÇÕES E ESTADIAS

		13 768 715 60
--	--	---------------

ENCARGOS FINANCEIROS

C/ a Exploração Corrente	2 290 726 86	
C/Empréstimos	7 267 461 16	9 558 188 02

OUTROS ENCARGOS DE GESTÃO

		508 472 20
--	--	------------

AMORTIZAÇÕES

		32 098 051 38
--	--	---------------

PROVISÕES

P/Créditos Duvidosos	3 380 895 60	
P/Contribuições e Impostos	5 757 083 00	9 137 978 60

PERDAS EXCEPCIONAIS

Menos-valias do Imobilizado	1 621 221 13	
Inutilização de sacaria	233 940 17	
Débitos incobráveis c/certidão	261 680 10	
Abate de equipamento ao Imobilizado	2 897 134 77	5 013 976 17
		875 637 688 72

O TÉCNICO DE CONTAS

(a) Mário Monteiro

Lisboa 31 de Dezembro de 1974

COMPANHIA INDUSTRIAL DE PORTUGAL E COLÓNIAS

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

DESIGNAÇÃO	Quantidades	Valor Nominal	Preço Médio de Compra	Valor de Balanço		Valor de Aquisição
				Unitário	Total	
1. — QUOTAS						
João Ferreira Martins, Lda.					759 446 570	759 446 570
Grande Padaria de S. José, Lda.					611 353 930	611 353 930
2. — AÇÕES						
Empresa Nacional de Publicidade	126 000	100 000	100 000	100 000	12 600 000 000	12 600 000 000
Empresa do JORNAL DE NOTÍCIAS	117	1000 000	59 829 905	59 829 905	7 000 000 000	7 000 000 000
SEGE — Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas	1 200	1000 000	1 000 000	1 000 000	1 200 000 000	1 200 000 000
Noções Associadas	43 623	1000 000	1000 000	1000 000	4 363 000 000	4 363 000 000
Sociedade de Padarias	970	100 000	187 524	187 524	181 626 880	181 626 880
Sociedade da Massas	978	1 000	1 000	1 000	978 000	978 000
Cooperativa Abastecedora dos Industriais de Alimentos Compostos para Animais	100	100 000	100 000	100 000	10 000 000	10 000 000
Companhia Portuguesa de Electricidade	153	1000 000	1 000 000	1 000 000	153 000 000	153 000 000
Fábricas Alvorada	3	100 000	2 000 000	2 000 000	6 000 000	6 000 000
Ações próprias	51 834	500 000	500 000	500 000	25 667 000 000	25 667 000 000
TOTAL					52 552 404 580	52 552 404 580

O TÉCNICO DE CONTAS

(a) Mário Monteiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas :

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter à Vossa apreciação o seu parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas referentes ao exercício de 1974.

No decorrer do exercício pôde este Conselho Fiscal acompanhar de perto todas as vicissitudes ocorridas na Companhia, de que o Relatório do Conselho de Administração presta amplos esclarecimentos.

Nas nossas reuniões mensais sempre nos foi dado verificar a regularidade da escrita da Companhia, tendo acompanhado e apoiado a orientação imprimida pelos novos membros do Conselho de Administração à regularização de várias rubricas do Activo imobilizado conforme se refere no Relatório daquele Conselho.

No exercício das nossas funções podemos afirmar que o Balanço e Contas que vos são presentes exprimem a realidade da situação da Companhia em 31 de Dezembro de 1974, pelo que esse Balanço e Contas merecem a vossa integral aprovação.

Seja-nos permitida uma especial chamada de atenção para a alta qualidade, clareza e coragem de processos que o Relatório do Conselho de Administração bem revela, acompanhando este Conselho Fiscal, integralmente, todas as considerações e orientações apresentadas e planeadas nesse Relatório.

No decurso do exercício pediu a sua demissão o Presidente eleito deste Conselho Fiscal, Dr. Sebastião Gonçalves. Foi chamado à efectividade o vogal suplente Dr. Manuel Torrão e eleito para Presidente deste Conselho o vogal Companhia de Seguros «A Mundial», representada pelo Dr. João António Morais Leitão.

Igualmente pediu a sua demissão o outro vogal eleito como suplente do Conselho Fiscal.

Há assim que proceder à eleição, até ao final do mandato em curso, de um vogal efectivo e de dois vogais suplentes, para além do preenchimento das restantes vagas existentes nos Corpos Gerentes.

Em conclusão temos a honra de propor:

1.º — A aprovação do Relatório, Balanço e Contas do exercício de 1974;

2.º — A transferência para o próximo exercício como saldo para conta nova do prejuízo de 8 151 270 46 registado em 1974;

3.º — A aprovação de um voto de louvor ao Conselho de Administração pela actividade exercida desde a sua nomeação em meados de 1974.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 1975.

O CONSELHO FISCAL

(a) João António Morais Leitão — Presidente
(a) António Pedro Gouveia Themudo de Castro
(a) José Manuel Laclau Gonçalves da Silva
(a) Manuel Torrão
(a) Carlos Augusto Marques